

Sarney espera reeditar Plano Cruzado

O presidente José Sarney alimenta um sonho com grande fervor: reeditar o "Plano Cruzado", um novo choque heterodoxo na economia, naturalmente, evitando repetir as falhas da primeira experiência, motivadas, em grande parte, por ter sido deflagrada num ano eleitoral.

Foi este sonho alimentado pelo presidente Sarney que o fez aceitar a indicação, do PMDB, do secretário paulista Luiz Carlos Bresser Pereira para a sucessão do ministro Dilson Funaro, da Fazenda. É que a redação do choque também é defendida por Bresser Pereira, e este foi o ponto que o presidente Sarney achou mais interessante na entrevista que o secretário paulista concedeu domingo último ao repórter Oliver Udry e ao editor de economia de "O Estado", Pedro Caíardo.

Segundo se informa no Palácio do Planalto, o presidente Sarney concorda com a maior parte dos pontos de política econômica levantados por Bresser Pereira, e coloca em dúvida apenas alguns itens que, segundo assinalam assessores do presidente, exigiriam uma discussão mais profunda.

Entre estes pontos destacam-se a adoção de uma maxidesvalorização cambial e a instituição de um sistema de correção mensal dos salários, com base na média da inflação mensal dos últimos três meses, há dúvidas sobre se esta última sistemática não levaria a um achatamento dos salários, se praticada durante um período longo. Do mesmo modo, as preocupações em torno de uma maxidesvalorização, do cruzado voltam-se para os seus efeitos inflacionários, num país que necessita de elevados saldos comerciais (e que são convertidos em cruzados e injetados na economia através de maiores ganhos dos exportadores) e para os efeitos restritivos que tal medida implicaria para as importações.

Quanto à taxa de crescimento proposta por Bresser para este ano, de 3%, há uma reação de angústia no Palácio do Planalto, mas assessores do presidente Sarney concordam que esta previsão é realista, embora não seja a desejável pelo governo. O presidente Sarney quer uma taxa positiva de crescimento da economia para este ano, qualquer coisa acima da taxa de crescimento demográfico, que é de 2,4%. A taxa de 3% citada por Bresser é pequena para as pretensões do governo, mas é aceitável.

Segundo se diz no Palácio do Planalto, Bresser colocou com muita precisão a questão global da economia, ao destacar que o país, para ajustar-se, precisa "fazer um plano muito parecido com o que o FMI (Fundo Monetário Internacional) recomenda", prevendo-se metas mensais e trimestrais. "A grande diferença — diz Bresser — é que em vez de começar dizendo qual deve ser o superávit comercial, devemos dizer qual deve ser o crescimento da economia, que eu acho que deve ser de 3%".

Também repercutiu bem no Palácio do Planalto as intenções de Bresser Pereira de limitar em 50% o pagamento dos juros dos empréstimos de médio e de longo prazos do país, contraídos no mercado internacional.

Do mesmo modo, causou boa impressão no palácio as idéias de Bresser Pereira com relação a uma reforma tributária que melhore a distribuição dos recursos entre estados e municípios, e a manutenção de uma política monetária menos rígida, mas acompanhada de uma política fiscal rigorosa. Quanto à colocação de que o país não deve pagar nada do serviço da dívida às entidades oficiais (tais, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), assessores do presidente Sarney são contra, porque entendem que o país não pode criar uma zona de atrito com estas instituições, que continuam fornecendo crédito a juros fornecidos ao país.

Entretanto, o maior ponto de identidade do pensamento de Sarney com o do seu futuro ministro da Fazenda diz respeito mesmo à redação do choque heterodoxo, o presidente está convicto de que é possível, no futuro, conjugar o crescimento econômico com uma inflação muita baixa. Para ele, o Plano Cruzado demonstrou isto na prática, e a equipe responsável pelo plano merece uma nova chance de completar plenamente a sua obra atropelada por um ano eleitoral. Diante disto é que, no Palácio do Planalto, faz-se questão de que os economistas André Lara Rezende, Périco Arida e Francisco Lopes voltem a integrar a equipe do governo.